

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA E SUA INTERFACE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: A EXPERIÊNCIA DO GDE/UFPB

GÉNERO Y DIVERSIDAD EN LA ESCUELA Y SU INTERFAZ EN LA FORMACIÓN DOCENTE: LA EXPERIENCIA DE/LA GDE/UFPB

GENDER AND DIVERSITY AT SCHOOL AND THEIR INTERFACE IN TEACHER EDUCATION: THE EXPERIENCE OF GDE/UFPB



Jeane Felix da SILVA¹
e-mail: jeanefelix@gmail.com



Maria Eulina Pessoa de CARVALHO²
e-mail: mepcarv@gmail.com



Joseval dos Reis MIRANDA³
e-mail: josevalmiranda@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

SILVA, J. F. da; CARVALHO, M. E. P. de; MIRANDA, J. dos R. Gênero e diversidade na escola e sua interface na formação de professores/as: A experiência do GDE/UFPB. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023127, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.16681>



- | Submetido em: 15/04/2022
- | Revisões requeridas em: 23/05/2022
- | Aprovado em: 15/11/2022
- | Publicado em: 12/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió – AL – Brasil. Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Doutorado em Educação (UFRGS).

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professora Titular no Departamento de Habilitação Pedagógica. Pós-doutorado na Universidade de Valencia, Espanha.

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professor Associado no Departamento de Metodologia da Educação. Doutorado em Educação (UnB).

RESUMO: Este texto trata do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola (GDE), uma proposta pioneira, de âmbito nacional, destinada à formação de educadoras/es. Inicialmente, recupera a proposta de oferta desse curso de formação docente continuada, situando-a em seu contexto político. Em seguida, apresenta a experiência do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em sua primeira oferta, em 2014-2015. Focaliza, então, a experiência recente de sua segunda turma em 2020-2021, no formato à distância, durante o isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, e descreve seu alunado, suas motivações e expectativas, com base em um questionário aplicado em julho de 2021. Neste momento de ataque aos estudos e às políticas de gênero, especialmente na educação escolar, finaliza argumentando sobre a importância da inclusão da perspectiva de gênero na formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Diversidade. Formação docente. GDE.

RESUMEN: Este texto trata sobre el Curso de Especialización en Género y Diversidad en la Escuela (GDE), una propuesta pionera, en Brasil, dirigida a la formación de educadores. Inicialmente, recupera la propuesta de formación continua de profesores sobre esos temas, situándola en su contexto político. Luego presenta la experiencia del Centro Interdisciplinario de Investigación y Acción sobre Mujer y Relaciones de Género, del Centro de Educación de la Universidad Federal de Paraíba, en su primera oferta, en 2014-2015. Enfoca la experiencia reciente de su segunda promoción en 2020-2021, en el formato a distancia, durante la pandemia del Covid-19, y describe a sus alumnos, sus motivaciones y expectativas, con base en un cuestionario aplicado en julio de 2021. En este momento de ataque a los estudios y políticas de género, especialmente en la educación escolar, termina argumentando sobre la importancia de incluir la perspectiva de género en la formación docente.

PALABRAS CLAVE: Género. Diversidad. Formación de profesores. GDE.

ABSTRACT: This paper focuses on the Gender and Diversity at School (GDE) program, a pioneering nationwide teacher continual education policy proposal. Initially, it places this initiative in the current Brazilian political context. It then presents the experience of its first class, sponsored by the Interdisciplinary Gender Center (NIPAM) of the College of Education of the Federal University of Paraíba (UFPB), in 2014-2015. Mainly, it addresses the recent experience of its second class, in 2020-2021, through distance education, during the social isolation resulting from the Covid-19 pandemic. Based on responses to a questionnaire applied in July 2021, it describes its students' motivations and expectations. At this time of attack on gender studies and policies, especially in schools, it concludes by arguing the importance of including the gender perspective in teacher education.

KEYWORDS: Gender. Diversity. Teacher education. GDE.

Introdução

Pense num curso que jamais me arrependerei de ter feito! O GDE é uma experiência acadêmica e de vida que ampliou MUITO minhas visões sobre sexualidade, gênero, relações étnico-raciais e conhecimentos metodológicos como docente/discente. Só tenho a agradecer (ESTUDANTE, homem).

A fala do estudante utilizada para abrir este texto serviu como mote para inspirar sua escrita, que tem como intuito apresentar a experiência do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na oferta da segunda turma do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE). O Curso foi realizado entre agosto de 2020 e dezembro de 2021, em formato à distância, devido ao contexto do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19.

O Curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) teve sua origem em meados da década de 2000, a partir de uma iniciativa conjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e Conselho Britânico, órgão do Reino Unido voltado à promoção dos direitos humanos, educação e cultura. Integrava a Rede de Educação para a Diversidade (Rede), encarregada de disseminar as necessárias e inadiáveis políticas de inclusão de gênero, orientação sexual e raça/etnia na educação básica brasileira, em que a formação docente é estratégica, como ainda se pode encontrar no site do Ministério da Educação:

A Rede de Educação para a Diversidade (Rede) é um grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação continuada de profissionais de educação. O objetivo é disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. São ofertados cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada, ambiental e diversidade e cidadania (BRASIL, c2018).

A primeira oferta do GDE ocorreu em 2006 como um projeto-piloto, ofertado pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ). Conferia certificado de 180 horas, como curso de extensão para participantes com nível médio completo, e como curso de aperfeiçoamento para participantes com curso superior completo. Nessa primeira oferta, foram matriculados/as 1.200 profissionais de educação dos municípios de Niterói e Nova Iguaçu (Rio

de Janeiro), Maringá (Paraná), Dourados (Mato Grosso do Sul), Porto Velho (Rondônia) e Salvador (Bahia). Finalizaram o curso cerca de “900 profissionais de educação” (HENRIQUES *et al.*, 2007, p. 54).

Para a oferta inicial, o CLAM/IMS/UERJ elaborou o material didático do Curso, que foi organizado em quatro módulos – Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, e Raça e Etnia⁴. Assim, destaca-se outro ganho importante do GDE: a articulação entre relações de gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual, bem como entre as problemáticas do androcentrismo, sexismo, misoginia, racismo, heterossexismo e homofobia, indicando sua complexidade temática.

O GDE foi uma aposta da política educacional brasileira para contribuir com a reflexão sobre as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais nas escolas, com vistas a contribuir para a redução de preconceitos associados às diferenças e diversidades da nossa população. Para isso, tinha como objetivo central:

[...] formar educadores/as das redes públicas de educação básica nos temas gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, visando provê-los/as de ferramentas para refletirem criticamente sobre a prática pedagógica individual e coletiva e combaterem toda forma de discriminação no ambiente escolar (HENRIQUES *et al.*, 2007, p. 54).

Contudo, cabe assinalar que o GDE, no âmbito da gestão federal, foi desenvolvido em um contexto educacional em que as políticas de igualdade e de valorização das diferenças e identidades emergiam e se fortaleciam. Nesse contexto de políticas públicas, sociais e especificamente educacionais em que se insere o Curso GDE, situam-se alguns documentos e leis, publicados desde o final da década de 1990, listados a seguir:

- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Temas Transversais Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, de 1998, um marco na inclusão de gênero, sexualidade e diversidade na política curricular brasileira (BRASIL, 1998);
- Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 – documento que estabelecia diretrizes e metas para a educação pelo período de dez anos desde sua publicação, no qual as questões de gênero eram consideradas em ações que iam da inserção temática nas formações continuadas de profissionais da educação aos livros didáticos (BRASIL, 2001).
- Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – PNPM I, de 2004, PNPM II, de

⁴ Os materiais do Curso podem ser acessados na página do CLAM na internet: <http://www.e-clam.org/gde.php> Cabe destacar que esse material, embora tenha sido produzido no âmbito de uma ação do Ministério da Educação, foi retirado de sua página oficial.

2008 e PNPM III, de 2013, lembrando a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, ligada à Presidência da República (SPM-PR), em 2003 (BRASIL, 2004a, 2008, 2013);

- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em duas versões, a primeira lançada em 2003 e a segunda em 2006, com foco na construção de uma cultura de direitos humanos, exercício da solidariedade e respeito às diversidades;
- Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, de 2004, o qual possuía uma seção específica voltada às ações de enfrentamento à homo/lesbo/transfobia no contexto educacional (BRASIL, 2004b);
- Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, estabelecendo a inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo da educação básica (BRASIL, 2008);
- Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010, visando à garantia de direitos e igualdade de oportunidades à população negra (BRASIL, 2010).

Assim, o Curso Gênero e Diversidade na Escola pode ser considerado “a mais importante iniciativa de política educacional nacional voltada à formação docente continuada sobre a problemática das relações de desigualdade de gênero, articuladas às questões de raça/etnia, sexualidade e orientação sexual” (CARVALHO; FREITAS, 2018, p. 55), traduzindo o investimento do Estado brasileiro, nesse período, “para instituir uma cultura de direitos humanos e enfrentar as variadas formas de discriminação presentes nas relações sociais, através da educação, e a partir da escola” (CARVALHO; FREITAS, 2018, p. 55).

Após a primeira oferta, o GDE foi descentralizado e passou a ser ofertado em formato à distância ou semipresencial por várias universidades públicas brasileiras, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), alcançando as diversas regiões do país e propiciando, além da formação específica para abordar questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, “a inclusão digital de docentes da educação básica” (CARVALHO; FREITAS, 2018, p. 55) em exercício, um ganho importante de competências digitais na formação docente continuada.

Nesse contexto de oferta do GDE descentralizadamente pelas universidades, o Curso foi ofertado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) do Centro de Educação

(CE), com carga-horária de 200 horas, conferindo os referidos certificados de extensão e aperfeiçoamento. Em 2009, o NIPAM/CE/UFPB realizou o Curso GDE Extensão/Aperfeiçoamento em 12 municípios paraibanos que contavam com polos da UFPB-Virtual, atingindo 520 matrículas e 295 conclusões (CARVALHO, 2010).

Em 2014, mais uma vez com apoio da UFPB Virtual e de sua Unidade de Educação a Distância, o NIPAM/CE/UFPB ofertou o Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola (1º GDE - Especialização), destinado a professoras/es da rede pública, profissionais da educação em geral, educadoras/es sociais e demais interessados na temática, com carga horária de 360 horas, na modalidade educação a distância (EaD), porém com algumas aulas e avaliações presenciais. Certificado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG), conforme a Resolução nº 49/2013 do CONSEPE/UFPB, com financiamento da SECADI/MEC/FNDE (Processo SECADI 23000.017937/2013-42) e gestão financeira do COMFOR/CPME/PRG, o curso ofertou 300 vagas, totalmente gratuitas. Por meio de parcerias com as Secretarias de Educação dos municípios paraibanos de Alagoa Grande, Areia, Araruna, Cabedelo, Pitimbu e João Pessoa, matriculou 339 participantes, sendo 267 mulheres e 72 homens, a maioria de João Pessoa (NIPAM, 2015).

Seu currículo foi composto de sete módulos sucessivos, com material impresso e digital, via *CD-rom*, quais sejam: Introdução à educação a distância (IEAD), Diversidade, Elaboração de Projeto Pedagógico (EPP), Relações Étnico-raciais, Relações de Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, e Metodologia de Projeto de Pesquisa (MPP). Na plataforma *Moodle PEX*, os módulos foram ministrados por docentes com doutorado, apoiados por tutoras/es pós-graduadas/os ou pós-graduandas/os, com especialização e/ou militância nas suas temáticas, e atuação intensiva no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), objetivando evitar a evasão, comum nos cursos EaD (NIPAM, 2015).

A Aula Inaugural presencial do 1º GDE-Especialização ocorreu em 16 junho de 2014, em turnos e horários distintos para atender ao máximo de participantes. A previsão de realização do curso era de 18 meses, mas prolongou-se até dezembro de 2015 (NIPAM, 2015), com a conclusão de 148 participantes, 110 mulheres e 38 homens, que apresentaram seus trabalhos de conclusão do curso (TCC) de 28 de setembro a 11 de dezembro.

A orientação para os TCC foi que deveriam articular teoria e prática, enfocando propostas de intervenção no currículo, na gestão, no ensino e nas relações escolares; tratar gênero transversalmente a qualquer temática; e adotar a interseccionalidade, incluindo outras diferenças e desigualdades, como classe social, deficiência, idade/geração, além de raça-etnia

e orientação sexual. Os interesses temáticos foram organizados em projetos guarda-chuva para possibilitar a orientação coletiva em grupos de pesquisa (NIPAM, 2015). Assim, o 1º GDE-Especialização foi uma experiência inusitada de pós-graduação em massa, possibilitada pela EaD e pelo financiamento do MEC, com uma taxa de rendimento geral de 45,53%, subtraindo-se os 14 inscritos que nunca acessaram o *Moodle Pex* (NIPAM, 2015).

Rosa (2016), em sua dissertação de mestrado, investigou os impactos do 1º GDE-Especialização ofertado pelo NIPAM/UFPB na prática pedagógica das/os participantes, analisando textos escritos de 69 docentes que cursaram o Módulo Gênero para evidenciar suas aprendizagens ao longo da vida e ao término do módulo, e as possibilidades de ressignificação propiciadas pelo curso. A autora concluiu que o referido módulo contribuiu para que as/os docentes ressignificassem suas aprendizagens e buscassem desenvolver práticas pedagógicas mais equânimes quanto a gênero, e comprometidas com o respeito à diversidade na escola.

A Experiência do 2º GDE-Especialização do NIPAM/CE/UFPB

Em 2020, o NIPAM/CE/UFPB passou a ofertar uma segunda turma do GDE-Especialização. O currículo da segunda oferta do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola foi aprovado por meio da Resolução CONSEPE/UFPB nº 45/2019, que estabelecia uma carga horária total de 390 horas-aula distribuída em 7 módulos, assim como na primeira oferta, e o Trabalho de Conclusão de Curso. Esses componentes curriculares foram ministrados por docentes do Centro de Educação/UFPB sob a responsabilidade do NIPAM/CE/UFPB (UFPB, 2019).

Cabe ressaltar que para a segunda turma se previam, conforme sinaliza a Resolução do Curso, encontros presenciais em dois momentos, no início e no final de cada disciplina. Entretanto, por conta da pandemia da Covid-19, a sistemática precisou ser reorganizada e as atividades passaram a acontecer de maneira síncrona (pela plataforma *Google Meet*) e assíncrona (a partir de atividades realizadas pela plataforma *Moodle Pex*). Esta segunda oferta do curso teve início em agosto de 2020, com término em dezembro de 2021.

No que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, este consistiu na elaboração, pelo/a discente, de um texto resultante de pesquisa empírica ou bibliográfica, em forma de artigo científico, cujo objeto de estudo estivesse relacionado ao campo da Educação em interface com as temáticas de Gênero e/ou Sexualidade e/ou Relações Étnico-Raciais.

Com a oferta de 100 vagas, totalmente gratuitas, o curso contou com 75 inscritos/as para

o processo seletivo e 74 devidamente matriculados/as, sendo 43 mulheres, 30 homens e 01 pessoa não binária, com idades entre 24 e 50 anos. Com o encerramento do curso em dezembro de 2021 computamos uma evasão – seja por desistência, seja por reprovação – de 19 estudantes, sendo 7 homens e 12 mulheres; logo, concluíram o curso 55 estudantes, sendo 1 pessoa não binária, 31 mulheres e 23 homens.

Em relação à caracterização do grupo de cursistas que permaneceram no curso, tem-se o seguinte perfil: quanto à raça/cor, 54,9% autodeclarados/as pardos/as, 17,6% pretos/as e 27,5% brancos/as; quanto à orientação sexual, 54,9% autodeclarados/as heterossexuais, 29,4% homossexuais, 11,8% bissexuais e 3,9% outra orientação; quanto ao estado civil, 60,8% dos/as estudantes informaram estar solteiros/as, 15,7% casados/as, 19,6% em união estável, 2% divorciados/as, e 2% em outro estado civil.

A formação inicial dos/as estudantes da segunda turma do GDE foi bastante diversa, composta pelos seguintes cursos: Pedagogia, Ciências Biológicas, Educação Física, História, Geografia, Letras, Serviço Social, Psicologia, Direito, Fisioterapia, Biblioteconomia, Antropologia, Cinema e Audiovisual, e Ciências Agrárias.

Ao caracterizar o grupo de cursistas da segunda turma no que diz respeito à religião e à prática religiosa obteve-se, por meio de suas autodeclarações, o seguinte retrato da turma: 23,5% são católicos/as, 13,7% evangélicos/as, 9,8% espíritas, 7,8% possuem religiões de matriz africana, e 49% não possuem religião. Entre os/as estudantes que autodeclararam possuir alguma religião, 43,1% afirmaram ser praticantes e 56,9% não praticantes. Quanto ao quesito renda individual, os dados do questionário aplicado revelam que a maioria dos/as estudantes do Curso GDE, isto é, 76,4%, recebem até três salários-mínimos, sendo que 43,1% recebem até um salário-mínimo e 33,3% recebem entre dois e três salários-mínimos.

Diante desse detalhamento das características da segunda turma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola-GDE, pode-se afirmar que as temáticas/discussões/reflexões que envolvam gênero, sexualidade e relações étnico-raciais na formação devem perpassar todas as áreas de conhecimento. Nesse contexto, independentemente da religião e da prática religiosa adotada, os/as cursistas sentem a necessidade e estão abertos/as ao diálogo e à formação sobre esses conteúdos, que fazem parte do cotidiano de todos/as. Nessa ótica, corrobora-se Alevato (2012), ao mencionar a formação em assuntos relacionados à Educação Sexual (acrescentando-se, no caso do GDE, também, gênero e raça):

[...] não é uma ‘disciplina’ à parte. É formação humana que se relaciona não apenas com a escolha do parceiro ou com a obediência às determinações de

‘parâmetros curriculares’. Relaciona-se com todas as esferas da vida. Relaciona-se à organização da sociedade, às políticas da subjetividade, às relações de poder e até ao sofrimento vivido por aqueles/as que ousam (ou não ousam, já que também sofrem) ir além dos artefatos materiais e simbólicos que identificam e enquadram seu gênero (ALEVATO, 2012, p. 84).

Essa imbricação e implicação das temáticas do GDE, em todas as esferas da vida e nas necessidades de formação humana, é revelada nas motivações e expectativas de seu alunado, como ilustrado a seguir.

Quem faz o GDE? Motivações e expectativas do seu alunado

Em julho de 2021, já na fase final do curso, por meio de uma abordagem de pesquisa qualitativa, a coordenação do curso aplicou um questionário *online*, com questões abertas e fechadas, com as/os participantes, com a finalidade de conhecer seu perfil, motivações e expectativas em relação ao curso. Entre as principais motivações destacam-se a necessidade de formação profissional e de ampliação do repertório teórico e metodológico em relação às temáticas do curso; o desejo de aprender sobre como abordar essas temáticas no contexto das escolas; e a ânsia de compreender as temáticas por vivência própria. A seguir, apresentam-se alguns trechos das respostas aos questionários relativas às contribuições do GDE para a formação dos/as seus/as estudantes:

Eu resolvi realizar esse curso, pois tenho me deparado, no dia a dia da escola, com inúmeros discursos sexistas, racistas e homofóbicos, que muitas vezes são invisibilizados ou partem de pessoas que trabalham nesse ambiente. Dessa forma, eu senti a necessidade de aprender mais sobre as questões que envolvem gênero e diversidade, para que eu possa saber lidar e combater as mais diversas formas de preconceitos (ESTUDANTE, mulher).

Por sentir a necessidade de compreender a importância do gênero, da diversidade e da valorização destes, e de saber abordar e conceituar no âmbito escolar. A contribuição do curso é importantíssima para nos formarmos professores acolhedores, que valorizam as diferenças e lutam pela quebra da violência, preconceito e desvalorização, tão presentes no espaço escolar (ESTUDANTE, mulher).

Atuar de forma ética com a diversidade de alunos, respeitando as suas singularidades. O curso possibilitou a quebra de paradigmas bem como permitiu que eu pudesse acessar espaços antes inimagináveis (ESTUDANTE, homem).

Os trechos destacados acima apontam para a necessidade que os/as professores/as demonstram de se sentirem preparados/as para abordarem questões de gênero, sexualidade e

relações étnico-raciais nas escolas. O insuficiente preparo docente para lidar com essas questões nas escolas não é algo exatamente recente: os cursos de formação inicial de professores/as têm pouco espaço para a discussão dessas temáticas em suas matrizes curriculares, ficando essas discussões em componentes curriculares optativos, ou seja, apenas estudantes interessados/as nessas temáticas terão oportunidade de estudá-las em seus cursos de graduação (CAVASIN; UNBEHAUN; GAVA, 2011), o que demanda esforços de formação continuada.

Contudo, embora essas temáticas tenham pouco espaço nos currículos de formação inicial, elas estão nas escolas e, de algum modo, irão demandar posicionamento dos/as professores/as, o que nem sempre ocorre de modo apropriadamente educativo, restringindo-se a algum tipo de repreensão ou de silenciamento. Segundo Meyer e Felix (2012, p. 124), “o fato de um/a profissional não se sentir preparado/a para lidar com essas questões também pode indicar que este/a simplesmente não deseja trabalhar com esses temas, exatamente porque eles são potencialmente conflituosos”.

Em relação ao espaço dessas temáticas nos cursos de graduação, em sua formação inicial, os/as estudantes dizem:

Na graduação, ficaram muitas lacunas sobre essas temáticas, tendo em vista a amplitude e necessidade de desenvolver o debate (ESTUDANTE, mulher).

[o GDE trouxe] Aprendizado pessoal e profissional, como também para suprir algumas lacunas que o meu curso me deixou em relação a sexualidade e gênero (ESTUDANTE, mulher).

Aprimorar e ampliar sobre o conceito de gênero, levando em consideração que não tivemos uma disciplina específica na graduação (ESTUDANTE, mulher).

Essas respostas corroboram o argumento de que é fundamental ampliar o debate sobre as temáticas abordadas no GDE nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as, particularmente em meio às tensões políticas em torno da (não) abordagem dessas questões nas escolas. Felix (2015, p. 255), ao referir-se às disputas políticas em torno da abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas, indica que isso acontece porque esses “temas vêm sendo considerados “polêmicos”, secundários, desnecessários, por docentes e outros/as trabalhadores/as das escolas, mas também por gestores/as públicos e por uma parcela importante e significativa da sociedade”.

Conseqüentemente, em tempos de disputas em torno da abordagem educativa dessas temáticas nas escolas, é preciso fortalecer a formação docente para que esses/as profissionais tenham argumentos teórico-práticos para exercerem sua função de educar crianças, jovens e

adultos/as para viverem em uma sociedade dinâmica e plural, respeitando as diferenças. Sobre isso, disse um/a estudante do GDE:

Minhas motivações foram para entender as diferenças entre gênero e sexualidade, e todo o dinamismo em volta desses temas. Para que eu tivesse a oportunidade de defender as pautas LGBTQIA+ com mais segurança e domínio, seja nas rodas de conversa presencial ou nas redes. A luta em defesa dos direitos, e por respeito, ainda se faz necessária e eu sentia necessidade de ter esse domínio para poder explicar as pautas para qualquer pessoa e de qualquer idade (ESTUDANTE, mulher).

Esse depoimento indica a complexidade e implicações das temáticas abordadas pelo curso. Nesse sentido, é preciso apostar na atuação docente qualificada no tocante às questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, particularmente porque essas temáticas têm sido deturpadas e confundidas no âmbito educacional e da sociedade em geral. Por isso, entende-se que a abordagem educativa dessas questões nas escolas e cursos de formação de professores/as “é fundamental tanto para promover uma cultura de respeito às diferenças e aos direitos humanos, quanto para fomentar uma pedagogia que ensine, entre outras coisas, que as diferenças de sexo [de gênero, de raça-etnia] não podem ser materializadas em desigualdades de direitos e de acesso” (FELIX, 2015, p. 225).

Como se vê, as motivações para cursar o GDE foram diversas, com destaque para a necessidade de formação continuada sobre as suas temáticas, o reconhecimento da importância de aprender como abordar tais questões em sala de aula, e a compreensão de que é preciso enfrentar as desigualdades e lutar por um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas. Nesse sentido, a seguir, destaca-se a inclusão dessas temáticas na formação de professores/as.

A Importância da inclusão da temática e da perspectiva de gênero na formação docente

Ao se referirem à inserção das temáticas gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no âmbito da formação docente, os/as estudantes destacaram as contribuições do curso GDE, particularmente na ampliação de conhecimentos e análise de diferentes formas de pensar a inserção dessas questões nas escolas. Além disso, também foram mencionadas as contribuições do curso para a desconstrução de preconceitos e para o autoconhecimento, conforme indicam os trechos a seguir:

[o curso possibilitou] Aprofundamento e embasamento teórico, e de metodologias, para o exercício docente. Na esfera pessoal: desconstrução de meus próprios preconceitos (ESTUDANTE, homem).

Para além da formação profissional em termos de acúmulo de conhecimentos teóricos e metodológicos sobre o tema de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, o GDE contribui para o autoconhecimento, para a ampliação de nossa percepção de nós mesmos, enquanto sujeitos socioculturais, portadores de identidades diferentes. Aprendemos a reconhecer nossos pertencimentos identitários, culturais, desconstruir ideias e práticas conservadoras, nos reconhecendo como diversos, sujeitos de direitos. Também nos oferece uma dinâmica favorável à autogestão e organização de nossa vida acadêmica e profissional (ESTUDANTE, Mulher).

[O GDE trouxe contribuições] como profissional: Mais conhecimento científico; desenvolvimento intelectual e segurança para tratar do assunto na escola. Como pessoa, além de desenvolver o culto e o intelecto, me sinto mais empático com as causas das pessoas que sofrem discriminação e posso ver casos relacionados a temáticas de exclusão social e diversidade étnica/racial, sexual e de gênero de outra forma (ESTUDANTE, homem).

Os/as estudantes também destacaram como relevante o fato de que, ao acontecer em tempos de pandemia, o curso possibilitou uma forma de poderem mudar o foco das preocupações, pois precisavam dar conta das atividades semanais do curso, como ressaltou um dos alunos adiante. Essa perspectiva demonstra a importância do estudo como forma de ampliar percepções de mundo e de ocupar as mentes para além dos problemas que nos afetam individual e coletivamente. Além disso, segundo os/as estudantes, o Curso propiciou ampliação do repertório teórico sobre as questões abordadas nos componentes curriculares.

Foi maravilhoso cursar o GDE. Primeiro, pois o curso se iniciou em um momento de muita tensão por causa da pandemia do novo Coronavírus, o curso veio como uma "válvula de escape" em meio às preocupações, muitas mortes ocorrendo por causa da doença. Segundo a rotina de desenvolver atividades e leituras semanais de assuntos tão importantes na rotina docente, foi extremamente prazeroso e importante para o desenvolvimento de criticidade e desconstrução. Terceiro, eu, como professor de Biologia e pedagogo, sinto a obrigação de me aperfeiçoar a cada instante, em cada oportunidade, e o GDE oferecido por uma instituição de ensino de qualidade como a UFPB foi uma chance imperdível para lapidação profissional (ESTUDANTE, homem).

Gênero e sexualidade são termos muito amplos, deles conseguimos compreender nosso papel individual e nossos deveres coletivos. Criamos consciências críticas, que além de libertadoras, foram também incômodos necessários para aumentar a vontade de lutar por uma sociedade mais justa. Desejo poder ver, cada vez mais, pessoas se engajando nessa defesa, e é meu dever transmitir esses saberes de forma respeitosa e acolhedora, que contemple a todes (ESTUDANTE, Mulher).

A ampliação de conhecimentos sobre gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, particularmente por professores/as, é fundamental para contribuir com a construção de uma

sociedade mais justa. Por isso, argumenta-se aqui pela sua abordagem educativa na formação inicial e continuada de docentes. Nas palavras de Vianna (2012, p. 139), a “formação docente é uma das múltiplas searas nas quais poderemos adquirir mecanismos de superação de algumas ideias preconcebidas e construir novos conhecimentos e práticas”.

Na direção de ampliar o processo de construção de formas de ser e estar sujeitos de gênero, de sexualidade e de raça em uma sociedade machista, heteronormativa e racista como a nossa, perguntou-se no questionário quais as contribuições do GDE. Destacam-se as seguintes respostas a essa questão:

O GDE me fez desconstruir vários preconceitos, ressignificar com afeto, a docência, a pesquisa, a educação, utilizar lentes, como por exemplo as de gênero, relações étnico-raciais, para analisar a sociedade e assim identificar e agir contra as formas de violências e desigualdades. Contribuiu também para que hoje eu me coloque politicamente enquanto uma mulher negra, lésbica e feminista (ESTUDANTE, Mulher).

Participar do curso contribuiu, de forma significativa, para que eu pudesse ampliar ainda mais o meu olhar para as questões de gênero, raça e sexualidade. Isso porque agora me foi acrescentado um conhecimento teórico, que eu posso usar tanto na vida pessoal, quanto na área profissional (ESTUDANTE, Mulher).

Permitiu, enquanto mulher preta, analisar diversas questões sociais, as quais a sociedade estabelece na perspectiva de gênero e raça (ESTUDANTE, Mulher).

Os trechos acima sinalizam para a importância do GDE tanto em termos de formação profissional quanto de suas contribuições para a vida privada dos/as estudantes, com destaque para a sua autopercepção como sujeitos de gênero, de raça e de sexualidade. Considerando que gênero, raça e sexualidade são construções sociais e, portanto, possíveis de serem ensinadas e aprendidas, destaca-se a contribuição do GDE para a formação pessoal e profissional de seus/suas estudantes.

Ao serem questionados/as sobre as suas expectativas de abordagem das temáticas estudadas no Curso em suas práticas profissionais, os/as estudantes destacam algumas dificuldades e, sobretudo, potencialidades:

Minhas expectativas são as melhores possíveis. Sinto que o GDE me capacitou para desenvolver assuntos como "Gênero e Sexualidade" na escola, considerados como polêmicos e abomináveis pela sociedade conservadora. Confesso que, na minha condição de professor contratado em Instituto Federal de Ensino, sinto um pouco de receio em tratar desses assuntos tão descaradamente, trato de maneira discreta, desconstruindo o preconceito e discriminação a todo instante, em toda oportunidade, seja pela leitura e

debates de textos que tratam sobre a diversidade e que têm relação com os temas abordados nos conteúdos das ementas das minhas disciplinas (ESTUDANTE, homem).

Minhas expectativas ao aplicar meus conhecimentos adquiridos no GDE são as melhores possíveis. Durante a especialização foram muitas descobertas e aprendizados que enriqueceram meu vocabulário e minhas discussões sobre gênero e sexualidade. Eu, como professora, vi a necessidade de aprender mais sobre essa temática, e hoje sinto mais firmeza em poder auxiliar da melhor forma possível os alunos, trazendo esse assunto de maneira empática, didática e acolhedora para a sala de aula (ESTUDANTE, Mulher).

Embora estejamos vivendo um período complicado, cada dia mais se faz[em] essencial[is] os conhecimentos adquiridos durante o curso. Para lutar contra o preconceito e discriminação, é preciso estar por dentro dos temas, com uma boa base teórica para conseguir debater (mesmo que os demais sujeitos não estejam abertos a isso) e explicar o correto e proteger a população vulnerável, no caso, as crianças. Dessa forma, minha expectativa é cada vez mais por em prática o que foi aprendido a fim de empoderar os sujeitos à minha volta, seja em escolas, aulas particulares, até mesmo amigos e amigas (ESTUDANTE, Mulher).

Constata-se, nesses depoimentos, que as/os estudantes sentem-se, além de mais capacitados/as, positivamente motivados/as a contribuir e intervir em assuntos polêmicos, como gênero e sexualidade. Têm noção dos riscos do confronto com pessoas e grupos conservadores, mas disposição para desconstruir preconceitos e discriminações, de maneira empática e didática, como aponta uma das alunas, bem como proteger a população vulnerável e empoderar os sujeitos na escola e fora dela, como indicou uma das estudantes. Considera-se que a abordagem educativa das questões de gênero e diversidade na escola é fundamental e, para isso, faz-se necessário investir na formação inicial e continuada de docentes. Desse modo, cursos como o Gênero e Diversidade na Escola precisam continuar a serem ofertados, ampliando a dimensão formativa dos/as profissionais da educação.

Considerações finais

Diante das evidências expostas por meio dos relatos dos/as estudantes, bem como de nossa experiência como docentes e coordenadores/as do Curso GDE, ratificamos a necessidade de investimento em políticas públicas de formação continuada que contemplem as temáticas da diversidade, especialmente para professores e professoras. Gênero, sexualidade e relações étnico-raciais são questões estruturantes em uma sociedade machista, homo/lesbo/transfóbica e racista como a nossa e, por isso, é preciso que sejam abordadas educativamente nas escolas e cursos de formação docente.

Verificou-se que o Curso propiciou o aprofundamento das temáticas gênero, sexualidade e diversidade sexual, raça e etnia em processos teórico-práticos, que permitiram aos/as estudantes refletirem sobre sua atuação profissional, bem como sobre sua constituição como seres humanos em uma sociedade desigual, ampliando a consciência da necessidade de contribuímos com a construção de um mundo mais justo e solidário. Refletir sobre essas temáticas é perceber como as estruturas de desigualdade sexual, racial e de gênero operam produzindo preconceitos diversos, os quais precisam ser enfrentados, e esse enfrentamento passa, sobretudo, pelos processos educativos, escolares ou não.

Não poderíamos deixar de mencionar que esta segunda oferta do Curso GDE se deu em um contexto de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19 e, apesar de toda as dificuldades e desafios dessa situação, propiciou aos/as cursistas de toda a Paraíba e, também, de outros estados, experienciar um processo formativo intenso, bem como ressignificar o uso de tecnologias como recursos educativos.

Por fim, desejamos que outras experiências formativas sobre as temáticas trabalhadas no GDE sejam reconfiguradas e ofertadas para um número cada vez maior de pessoas, provocando reflexões e práticas que contribuam com o fortalecimento de uma sociedade comprometida com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALEVATO, H. *Nexus & Sexus: transformações docentes*. In: REIS, M. A. S.; ALEVATO, H. (org.). *Nexus & Sexus; perspectivas instituintes*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC; SEF, 1998.

BRASIL. **Lei n. 10172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Rede de Educação para a Diversidade - Apresentação. **Portal MEC**, Brasília, c2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-de-educacao-para-a-diversidade>. Acesso em: 19 maio 2021.

CARVALHO, M. E. P. Gênero e diversidade na escola: análise de planos de ação de professor@s em formação continuada na Paraíba. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283217_ARQUIVO_CARVALHO_ST28PlanosGDE.pdf. Acesso em: 09 set 2017.

CARVALHO, M. E. P.; FREITAS, M. J. T. O Curso Gênero e Diversidade na Escola GDE-Especialização da UFPB: Um registro da experiência e seus desafios. In: CHAVES, G. N.; RABAY, G. (org.). **Visibilidades das hierarquias de gênero na educação**: teorias, práticas e propostas. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2018.

CAVASIN, S.; UNBEHAUN, S.; GAVA, T. Gênero e sexualidade nos cursos de Pedagogia. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2., 2011. Maringá. **Anais [...]**. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/158.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

FELIX, J. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do Currículo**, v. 8, n. 2, p. 223-231, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n2.223231/13923>. Acesso em: 12 out. 2022.

HENRIQUES, R. *et al.* **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos - Cadernos SECAD 4. Brasília, DF: SECAD; MEC, 2007.

MEYER, D. E. E.; FELIX, J. “Estamos preparados para lidar com a prevenção das DST/HIV/Aids em nossas práticas educativas?": relações e desafios entre formação de

formadores/as e currículo. In: PAIVA, V.; PUPO, L. R.; SEFFNER, F. **Vulnerabilidade e direitos humanos - prevenção e promoção da saúde: pluralidade de vozes e inovação de práticas**. Livro III. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

NIPAM. Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola. **Relatório Final de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu**. Subcoordenação de Cursos Lato Sensu. Coordenação Geral de Pós-Graduação. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

ROSA, A. C. B. S. **Ressignificações das aprendizagens de gênero de educadores/as no curso de especialização em gênero e diversidade na escola**. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 45, de 28 de agosto de 2019**. Aprova o curso de Especialização, denominado Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola-GDE, na modalidade semipresencial, sob responsabilidade do Centro de Educação (CE) *Campus I*. João Pessoa, PB: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 out. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradecemos a todos/as os/as estudantes da 2ª turma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola-GDE/UFPB que participaram da pesquisa.

Financiamento: Não Aplicável

Conflitos de interesse: Não Aplicável.

Aprovação ética: Seguindo os princípios éticos da pesquisa com seres humanos todos/as os/as estudantes participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE. Enfatizamos o objetivo do estudo e a garantia da não divulgação das suas identidades.

Disponibilidade de dados e material: Não Aplicável.

Contribuições dos autores: Todas as autoras e o autor atuaram no planejamento da pesquisa, no processo de geração dos dados, na análise das informações produzidas e na escrita do Artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

